



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2023, para o segmento de Biodiesel, foi marcado pela consolidação do novo modelo de comercialização e pela demanda ainda reprimida, em função das indefinições sobre o cronograma de aumento de mistura de biodiesel.

Com a extinção dos leilões bimestrais, operados pela Petrobras, o biodiesel passou a ser vendido por meio de negociação direta entre os produtores e as distribuidoras de combustíveis.

Além disso, é importante destacar o impacto do não cumprimento do cronograma, estabelecido pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), por meio da Resolução nº 16, de 29 de outubro de 2018, que estabelecia o percentual de 15% de biodiesel no diesel, já a partir de março de 2023. Entretanto, o percentual de mistura foi mantido em 12%, cujo impacto, para todo o segmento, foi a permanência de uma elevada ociosidade da capacidade de produção e o aumento de competitividade entre os produtores.

Foi ainda um ano de alta volatilidade nos preços do óleo de soja e de desvalorização do dólar, o que contribuiu para a redução nos custos de matérias-primas e de insumos, mas também, por consequência, de redução no preço do biodiesel.

Neste contexto de demanda reprimida, queda no preço do biodiesel e de ociosidade das usinas em aproximadamente 50%, a Companhia obteve um resultado líquido negativo de R\$ 90,9 milhões — 54% menor que o resultado negativo, de R\$ 196 milhões, obtido em 2022 —, e EBITDA negativo, de R\$ 118,5 milhões, operando duas unidades de biodiesel — Candeias (BA) e Montes Claros (MG) — que, juntas, entregaram 86 mil m³ de biodiesel, gerando uma receita líquida de R\$ 480,36 milhões.

O resultado financeiro líquido foi de R\$ 53,4 milhões, decorrente principalmente de rendimento da aplicação do caixa da Companhia no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC).

No âmbito da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), nossas usinas geraram 100.156 créditos de descarbonização (CBIOS), no período, e comercializaram 55.000 CBIOS. Esta operação impactou positivamente o resultado da companhia em, aproximadamente, R\$ 12 milhões. No quesito fator de emissão de CBIOS, estamos entre as dez primeiras do setor.

Além disso, destacamos para o mesmo período: (i) reestruturação organizacional para adequar a Companhia ao novo modelo de comercialização do setor, fortalecer a atuação de SMS nas usinas e atuar com mais foco nas questões de Diversidade, Equidade e

Inclusão; (ii) um bom desempenho dos indicadores e controles de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), alinhados a nossa rígida política de SMS; e (iii) investimentos em manutenção e em melhorias operacionais nas duas usinas em operação.

Reafirmamos nosso compromisso social ao proporcionar renda e inclusão produtiva para agricultores familiares da região nordeste e semiárido, no âmbito do Selo Biocombustível Social — certificação, concedida pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, da qual somos detentores há 15 anos. Investimos R\$ 34 milhões, em 2023, na aquisição de matérias-primas produzidas por estes agricultores e proporcionamos assistência técnica gratuita, desde o plantio até a colheita.

2023 também ficou marcado pelo início de uma nova gestão que, alinhada ao Plano Estratégico da Petrobras, reafirma nossa missão e compromisso com o desenvolvimento da matriz energética sustentável. Mais que isso, defendemos que produzir biodiesel não é só uma questão de descarbonização ou de redução nas emissões. Vai além: é proporcionar uma transição energética realmente justa e rentável, com inclusão social, empregabilidade na indústria e renda para as famílias, sempre em sinergia com a nossa controladora, pois somos uma força de descarbonização da Petrobras.

Atualizamos nosso Mapa Estratégico, que teve o objetivo de orientar a elaboração do Plano Estratégico 2024—2028, de priorizar investimentos e aumentar sua sustentabilidade econômica nos biocombustíveis, buscando matéria-prima, diversificada para atender as demandas de biorefinaria da Controladora, tanto nos grandes *players* do setor, quanto na Agricultura Familiar, com vistas à melhoria da rentabilidade da Companhia.

Para o ano de 2024, a Companhia iniciará — com acordo de exclusividade firmado junto à nossa controladora Petrobras —, a operação de comercialização do enxofre, um subproduto gerado pelas refinarias, que reforçará a sustentabilidade econômica a curto prazo.

Seguiremos, em 2024, enfatizando a disseminação da cultura de integridade, de governança e de sustentabilidade na Companhia, com foco na melhoria do resultado operacional, na melhoria da gestão de aquisição de matérias-primas, do aumento da eficiência operacional e da otimização dos custos fixos.

Demos início a uma nova fase e avançamos a passos largos para grandes resultados, que farão da Petrobras Biocombustível S.A., uma empresa sustentável a curto prazo, com a dedicação e empenho da nossa qualificada força de trabalho.

Danilo de Siqueira Campos
Presidente da Petrobras Biocombustível

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

1. A PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL EM 2023

A Petrobras Biocombustível S.A. (PBio) teve um ano bastante desafiador. A continuidade da ociosidade das usinas de biodiesel próxima de 50%, em função da manutenção do percentual de 12% de mistura de biodiesel no diesel A e da alta volatilidade dos preços de matérias-primas, trouxe dificuldades para que as usinas se mantivessem competitivas. Com isso, a Companhia teve um ano de resultado negativo.

O resultado financeiro líquido de R\$ 53,4 milhões, em 2023, ajudou a diminuir o prejuízo das atividades operacionais, sobretudo pela aplicação do caixa da Companhia no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC).

Medidas de Resiliência foram implementadas, durante o ano, e outras medidas serão aplicadas, no decorrer de 2024, para tornar a PBio uma empresa sustentável a longo prazo.

1.1. Biodiesel

A Petrobras Biocombustível S.A. operou durante o ano duas de suas unidades de biodiesel — a de Candeias (BA) e a de Montes Claros (MG) — que, juntas, entregaram 86,4 mil m³ de biodiesel.

A unidade mineira adquiriu, como matéria-prima, 54% de gorduras e óleos residuais na média do ano. Já a unidade baiana, 27% de gorduras e óleos residuais no mesmo período.

Aumentamos a confiabilidade e a segurança da operação, bem como a confiabilidade do atendimento de entregas de biodiesel, porém, com a capacidade instalada ociosa de aproximadamente 50% do setor de Biodiesel, somada à demanda de 12% de mistura, que aumentou a competitividade do setor, as Usinas da PBio não conseguiram operar em sua capacidade plena.

A Usina de Montes Claros está habilitada para ofertar 196 mil m³ ao ano e produzir, por dia, até 545,45 m³ de biodiesel. A de Candeias está habilitada para entregar 305 mil m³ ao ano e produzir, diariamente, até 845,46 m³ de biodiesel. Juntas, as unidades estão autorizadas a produzir 501 mil m³ por ano.

A margem de contribuição da produção de biodiesel foi negativa, em 2023. O mercado do biodiesel permanece sendo impactado por decisões de governos anteriores, que modificaram um cenário promissor e de expansão do setor.

A resolução do Governo Federal que, em 2018, regulamentou o mandato de mistura obrigatória do biodiesel no diesel comercializado no País, previa o crescimento gradual da mistura, sempre em março de cada ano. Entretanto, para o ano de 2023, o Governo Federal alterou a mistura para 12%, em detrimento do que era previsto anteriormente para o segmento, com aumento gradual para 14% (B14, em 2022) e para 15% (B15, já em 2023).

Neste ano, a tônica foi a alta volatilidade nos preços de matéria-prima, influenciadas pela cotação do óleo de soja e de câmbio, com impactos diretos no custo de produção e no preço do biodiesel vendido pelas nossas usinas.

Iniciamos o ano com perspectivas de contínua redução do preço desta *commodity* (a soja). Por consequência, o preço do biodiesel também reduziu, em função da fórmula de precificação considerar uma relação direta ao preço do óleo de soja na bolsa de Chicago.

Somado a isso, o aumento na demanda por biodiesel, em função do aumento do mandato de 10% para 12%, não foi suficiente para diminuir a ociosidade da atual capacidade instalada de produção do setor de Biodiesel, evidenciando o tamanho do desafio a ser enfrentado.

Vale ressaltar que o Conselho Nacional de Pesquisa Energética (CNPE) revisou o cronograma de aumento do mandato de mistura de biodiesel no diesel fóssil, com a publicação, em 19 de dezembro de 2023, da Resolução CNPE nº 57, que trará impactos positivos para o setor, em 2024, e perspectivas de aumento de demanda do principal produto da companhia: o biodiesel. Assim, em 01 de março de 2024, o percentual obrigatório de biodiesel aumentará de 12% para 14%. Além disso, com o novo cronograma, o ciclo de aumento de mistura finalizará, em março de 2025, com 15% de biodiesel no diesel fóssil.

No novo modelo de comercialização, caracterizado pela venda direta do produtor de biodiesel para as distribuidoras de combustíveis, a não incidência de ICMS vigorou até o mês de abril de 2023. A partir de maio, o ICMS passou a ser cobrado de forma monofásica, de acordo com as regras previstas no Convênio ICMS 199/2022, sendo atribuída, aos produtores de biodiesel, a cobrança de 66,67% do imposto e os 33,33% restantes às refinarias de combustíveis. Outro impacto, trazido pelo novo modelo de comercialização, foi a aproximação comercial entre produtores de biodiesel e as distribuidoras. Apesar disso, o setor continua operando com elevada ociosidade de seu parque fabril, com a concentração da distribuição de combustíveis em poucos *players*, sendo que, em 2023, as três principais distribuidoras de combustíveis controlaram cerca de 64% do mercado.

Seguimos com a estratégia de manutenção do Selo Biocombustível Social de forma competitiva, com priorização da atuação na região Nordeste, no semiárido. Alinhados às melhores práticas de mercado, avançamos com a otimização da estrutura que coordena a gestão do Selo Biocombustível Social. Também buscamos a valorização das relações comerciais estabelecidas com cooperativas e clientes, fortalecidas pela experiência acumulada ao longo dos anos.

Em 2023, certificamos as duas usinas da Petrobras Biocombustível S.A., em operação com ISCC (*International Sustainability Carbon & Certification*), uma das mais conceituadas certificações existentes no mercado, sendo referência para atestar a sustentabilidade de matérias-primas e produtos.

1.2. Sustentabilidade (STB)

A Petrobras Biocombustível prosseguiu fiel aos seus compromissos com a Segurança, o Meio Ambiente e a Saúde (SMS), zelando pelos seus padrões e a excelência de seus processos, bem como pela necessidade de foco na operação das usinas e no aperfeiçoamento do atendimento aos requisitos legais na matéria.

Resultante da ampliação do escopo da antiga gerência de SMS, a Gerência de Sustentabilidade (STB) desenvolveu, ao longo de 2023, extensas atividades vinculadas ao âmbito de sua atuação, com destaque para a gestão de temas sociais, ambientais e econômicos relacionados à vida da empresa, além das relativas ao gerenciamento e à implantação de políticas, diretrizes e estratégias corporativas de SMS.

No campo social, foi concebido o “Bolsa Permanência” — que proverá recursos para que vinte jovens prossigam a sua formação técnica ou superior — o primeiro projeto de responsabilidade social da Companhia, a ser implantado no ano de 2024, no território de Quixadá, no estado do Ceará, em convênio com instituições de ensino locais.

Ainda na área da responsabilidade social, a empresa logrou incluir duas de suas proposições no Edital para Projetos Socioambientais da Petrobras, lançado no segundo semestre: a que incentiva a cadeia produtiva da macaúba e a que encoraja o trabalho de cooperativas de coletores de Óleos e Gorduras Residuais (OGR).

Com relação ao principal indicador de Segurança Ocupacional, registramos somente um acidente computável na Taxa de Acidentados Registráveis (TAR), de modo que esta sofreu queda, em relação a 2022 (quando houve três acidentes), passando de 3,40 para 1,12.

No tocante à gestão de Saúde e ao monitoramento do absenteísmo, registramos que o indicador Percentual de Tempo Perdido (PTP) ficou em 2,40, acima do limite de alerta (1,80).

Ainda que o fim da pandemia de COVID-19 tenha sido decretado em abril de 2022, ao longo de 2023, as usinas preservaram procedimentos de prevenção à doença.

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ativo	Notas	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa		1	6
Contas a receber, líquidas	6.1	50.808	109.547
Contas a receber - FIDC	6.4	443.052	458.483
Estoques	7	69.337	91.425
Imposto de renda e contribuição social correntes	13.1	38.967	24.985
Impostos e contribuições	13.2	127.634	103.645
Derivativos e depósitos de margem	21.2	21.091	43.385
Outros ativos		1.216	942
Ativo circulante		752.106	832.418
Investimentos		665	665
Imobilizado	9.1	259.754	276.733
Intangível		15	35
Ativo não circulante		297.220	313.234
Total do ativo		1.049.326	1.145.652

Passivo	Notas	2023	2022
Fornecedores	11	78.910	99.048
Contas a pagar Petrobras - Redução de capital	15.1	150.000	-
Impostos e contribuições	13.2	1.598	1.395
Benefícios a empregados	14.1	20.336	9.844
Derivativos	21.2	-	870
Outros passivos		4.810	6.109
Passivo circulante		255.654	117.266
Benefícios a empregados	14.2	23.925	13.988
Provisão para processos judiciais e administrativos	19.1	5.409	1.371
Processos judiciais de desinvestimentos	8.2	3.732	4.499
Outros passivos		609	1.089
Passivo não circulante		33.675	20.947
Passivo circulante e não circulante		289.329	138.213
Capital social realizado	15.1	3.596.670	3.746.670
Contribuição adicional de capital		(17.760)	(17.760)
Outros Resultados Abrangentes		6.597	13.040
Prejuízos acumulados		(2.825.510)	(2.734.511)
Patrimônio líquido		759.997	1.007.439
Total do passivo		1.049.326	1.145.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	2023	2022
Receita de vendas	16	480.356	1.455.390
Custo dos produtos vendidos	17.1	(557.124)	(1.638.166)
Prejuízo bruto		(76.768)	(182.776)
Receitas (despesas) Vendas	17.2	(9.270)	(8.677)
Gerais e administrativas	17.3	(65.400)	(59.508)
Tributárias		(9.184)	(21.650)
Outras receitas operacionais, líquidas	18	16.268	1.518
		(67.586)	(88.317)
Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		(144.354)	(271.093)
Resultado financeiro líquido		53.355	74.769
Despesas financeiras	20	(153)	(263)
Receitas financeiras	20	53.318	75.368
Variações monetárias e cambiais, líquidas	20	190	(336)
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(90.999)	(196.324)
Imposto de Renda e Contribuição Social	13.1	-	-
Prejuízo líquido do exercício		(90.999)	(196.324)
Prejuízo líquido básico e diluído por ação (em R\$)	15.2	(0,24)	(0,52)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2023	2022
Prejuízo líquido do exercício	(90.999)	(196.324)
Ganhos (perdas) atuariais – Plano de Saúde		
Reconhecido no patrimônio líquido (nota explicativa 15.3)	(6.443)	1.614
Outros resultados abrangentes	(6.443)	1.614
Resultado abrangente total	(97.442)	(194.710)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital social realizado	Contribuição adicional de capital	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	3.746.670	(17.760)	11.426	(2.538.187)	1.202.149
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(196.324)	(196.324)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-
Planos de Pensão e Saúde	-	-	1.614	-	1.614
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.746.670	(17.760)	13.040	(2.734.511)	1.007.439
Saldos em 1º de janeiro de 2023	3.746.670	(17.760)	13.040	(2.734.511)	1.007.439
Redução de capital	(150.000)	-	-	-	(150.000)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(90.999)	(90.999)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-
Planos de Pensão e Saúde	-	-	(6.443)	-	(6.443)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.596.670	(17.760)	6.597	(2.825.510)	759.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo líquido do exercício		(90.999)	(196.324)
Ajustes para:			
Provisão atuarial com plano de pensão e saúde	14.2.2	4.034	3.208
Resultado de recebíveis de ativos financeiros	20	(52.436)	(74.292)
Depreciação e amortização		25.855	25.635
Provisão (reversão) de perdas de créditos esperados		(140)	4.672
Reversão de provisão para perdas de créditos fiscais	18	(69.495)	-
Resultado com alienações e baixa de ativos		21	(15.764)
Emissões de créditos de descarbonização – CBIOS	18	(11.288)	(21.620)
Reversão de provisão para perdas com processos judiciais de desinvestimentos	18	(767)	(4.202)
Provisão para perdas com processos judiciais e administrativos	18	4.038	15
Valor justo das operações com derivativos		(1.201)	414
Provisão para gastos com compartilhamento de custos e despesas – CCCD		13.316	12.171
Provisão de abono a empregados	14.1	10.408	-
Ajuste a valor realizável líquido		(8.398)	10.221
Redução (aumento) de ativos Contas a receber		58.880	71.306
Impostos, taxas e contribuições a recuperar		29.832	(29.447)
Estoques		41.774	18.383
Operações com derivativos		22.625	(26.199)
Outros ativos		433	(2)
Aumento (redução) de passivos Fornecedores		(43.862)	(109.995)
Benefícios a empregados		9.952	1.280
Impostos, taxas e contribuições a recolher		203	(13)
Operações com derivativos		1	-
Outros passivos		(1.780)	3.666
Recursos líquidos utilizados nas atividades operacionais		(58.994)	(326.887)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Resgate em recebíveis de ativos financeiros		303.695	761.109
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros		(235.828)	(448.832)
Aquisições de ativos imobilizados		(8.878)	(11.139)
Recebimento pela venda de CBIOS		-	14.291
Recebimento pela venda de ativos (Desinvestimentos)		-	11.463
Recursos líquidos gerados nas atividades de investimentos		58.989	326.892
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício		(5)	5
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		6	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1	6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	2023	2022
Receitas		
Vendas brutas	515.057	1.446.077
Descontos e abatimentos	(2.765)	(4.259)
Reversão (perdas) de crédito esperadas	140	(4.672)
Receitas relativas à construção de ativos para uso	8.141	10.824
Outras receitas operacionais, líquidas	36.984	147.855
	557.557	1.595.825
Insumos adquiridos de terceiros		
Matérias-primas consumidas	(419.668)	(1.455.243)
Produtos para revenda	(28.886)	(25.763)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(74.645)	(143.750)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(159.990)	(165.217)
Ajuste a valor realizável líquido	8.398	(10.221)
Reversão de provisão para perdas de créditos fiscais	69.495	-
	(605.296)	(1.800.195)
Valor consumido bruto	(47.739)	(204.369)
Depreciação e amortização	(25.855)	(25.635)
Valor líquido consumido pela Companhia	(73.594)	(230.004)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras, variações monetárias e cambiais	53.508	75.368
	53.508	75.368
Valor consumido total a distribuir	(20.086)	(154.636)
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Remuneração direta	54.409	45.380
Salários	43.647	45.476
Reversão para remuneração variável	(96)	(96)
Abono a empregados	10.858	-
Benefícios	15.522	15.029
Vantagens	3.389	2.913
Plano de aposentadoria e pensão	3.724	4.190
Plano de Saúde	5.213	4.735
FGTS	3.196	3.191
Tributos	69.931	60.409
Federais	(2.982)	(19.613)
Estaduais	2.525	(390)
Municipais	675	683
	218	(19.320)
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros, variações cambiais e monetárias	153	599
Despesas de alugueis	611	-
	764	599
Acionistas		
Prejuízo líquido do exercício	(90.999)	(196.324)
	(90.999)	(196.324)
Valor consumido total distribuído	(20.086)	(154.636)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Biocombustível S.A. ("PBio" ou "Companhia") é uma controlada integral da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), constituída em 16 de junho de 2008, tendo por finalidade a produção, logística, comercialização, pesquisa e desenvolvimento de biocombustíveis, bem como de quaisquer outros produtos, subprodutos e atividades correlatas ou afins, a logística e comercialização de matéria-prima e a geração de energia elétrica associada às suas operações de produção de biocombustíveis.

A Companhia poderá também atuar na produção, logística, comercialização e pesquisa, desenvolvimento de negócios e empreendimentos, cujos processos produtivos e soluções tecnológicas abrangam atividades de baixas emissões de carbono, eficiência energética e tecnologias sustentáveis, além da comercialização e logística de enxofre e produtos afins, bem como a prestação de serviços correlatos.

A PBio segue o plano de negócios da sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

1.1. Processo de desinvestimento

O processo de desinvestimento da PBio teve início com a divulgação da etapa de oportunidade (teaser), em 03 de julho de 2020. Em 03 de agosto de 2020, foi iniciada a fase não vinculante. Entretanto, conforme Fatos Relevantes, divulgados em 29 de março de 2023, em atendimento à solicitação do Ministério de Minas e Energia (ofício 2611/2023/GM-MME), a Petrobras informou que este processo está em avaliação.

As usinas de biodiesel em Candeias e Montes Claros permanecem com orçamento aprovado para continuidade das operações, para os próximos cinco anos, e as unidades continuam na carteira de investimentos da PBio. Sobre a planta de Quixadá, esta permanece hibernada, sem data de retomada. A Administração afirma o entendimento da continuidade operacional da PBio.

1.2. Principais impactos nas operações da Companhia

Em 2023, a controladora Petrobras indicou novos membros para compor a Diretoria Executiva da PBio, todos já estando com plenos poderes para atuação, em suas respectivas funções. Em relação à estrutura organizacional da Companhia, a PBio passou a fazer parte da recém-criada Diretoria de Transição Energética.

Em referência aos movimentos externos à PBio, o Conselho Nacional de Pesquisa Energética (CNPE) revisou o cronograma de aumento do mandato de mistura de biodiesel no diesel fóssil, com a publicação, em 19 de dezembro de 2023, da Resolução CNPE nº 57. Em 01 de março de 2024, o percentual obrigatório de biodiesel aumentará de 12% para 14%. Além disso, com o novo cronograma de aumento de mistura, o ciclo de aumento de mistura finaliza em março de 2025, com 15% de biodiesel no diesel fóssil. Esse cronograma traz um novo horizonte de aumento de demanda em seu principal produto.

Destaca-se também a mudança significativa no mercado de biodiesel, com a descontinuidade do modelo de comercialização na forma de leilões bimestrais, para um ambiente de livre mercado, onde os produtores estão autorizados a comercializar biodiesel com os distribuidores de combustíveis, pelo regime de contrato de fornecimento de biodiesel ou por meio de transações por mercado à vista (spot market). Esse novo ambiente de comercialização resultou em outra dinâmica de formação de preços de biodiesel, onde a cotação futura do óleo de soja na Bolsa de Chicago (CBOT), o câmbio (R\$/US\$) e o prêmio no porto são três variáveis importantes

na precificação do biodiesel comercializado pelas empresas produtoras.

O preço do biodiesel vendido nas usinas da PBio, em 2023, foi inferior em relação ao fechamento de 2022. A queda no custo das matérias-primas renováveis e no prêmio no porto — diferença entre o preço do óleo de soja negociado na bolsa de Chicago e o preço negociado no Porto de Paranaguá —, combinado com maiores ofertas de biodiesel por parte das empresas produtoras, têm depreciado os preços de biodiesel.

A volatilidade dos custos de óleos vegetais e gorduras vem sendo desafiadora para aquisição de matérias-primas competitivas e posicionamento comercial em vendas de biodiesel nas duas usinas da PBio, em especial na usina de Candeias, devido a menor oferta de matérias-primas competitivas. Aliado a isso, o limite de 12% de biodiesel, em 2023, e o aumento da capacidade instalada das usinas concorrentes, que atendem ao mercado do Nordeste, somados fizeram com que Candeias não conseguisse ser competitiva no 1º semestre de 2023, não tendo, consequentemente, faturamento nos meses de fevereiro a junho de 2023 e retomando as vendas a partir de julho de 2023. À despeito dos desafios enfrentados, a usina de Montes Claros operou em todos os meses de 2023, mas em volumes baixos de produção.

1.3. Política Nacional de Biocombustíveis – RenovaBio

No âmbito do programa Renovabio, as usinas de biodiesel da PBio geraram, em 2023, 100.156 créditos de descarbonização (CBIOS) (218.260 em 2022). Desse total, 83.703 foram gerados na Usina de Montes Claros (UBMC) e 16.453 CBIOS na Usina de Candeias (UBC). Em 2023, houve comercialização de 55.000 CBIOS (112.067 em 2022), conforme aprovação na Diretoria Executiva do 5º ciclo de operações de venda do programa Renovabio. Em 31 de dezembro de 2023, existem 173.313 CBIOS em carteira, com a possibilidade de comercialização futura e seu valor está representado na nota explicativa 7.

Conforme divulgado em sua demonstração financeira de 31 de dezembro de 2022, a PBio passou a integrar, a partir do 4º trimestre de 2022, prospectivamente, os CBIOS como um item de estoque (anteriormente classificado como intangível), dado o entendimento da Administração acerca do crescente desenvolvimento do mercado de CBIOS no Brasil, observado especialmente de 2022 em diante, e da crescente relevância dos CBIOS no curso normal de seus negócios.

O atual entendimento ratifica a definição de estoque, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1).

1.4. Auto de infração – SEFAZ/MG

Em setembro de 2023, a PBio recebeu auto de Infração lavrado pela Secretaria da Fazenda de Minas Gerais (SEFAZ/MG), sob a alegação de suposto recebimento de mercadorias na Usina de Montes Claros, por meio de documentos fiscais considerados ideologicamente falsos, resultando em acúmulo indevido de créditos de ICMS na visão da autoridade fiscal.

A PBio apresentou defesa administrativa, dentro do prazo legal, pelo seu direito à manutenção integral dos créditos de ICMS relativos às compras de matérias-primas utilizadas em seu processo produtivo, tendo por fundamento todos os elementos que comprovam a veracidade da operação e sua boa-fé na relação comercial ("adquirente de boa-fé").

A contingência passiva está classificada como perda possível, conforme demonstrado na nota explicativa 19.3.





Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras



2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes, que requerem maior nível de julgamento e complexidade, estão divulgados na nota explicativa 4.

A Diretoria Executiva da Companhia, em reunião realizada em 06 de março de 2024, autorizou a emissão destas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) apresenta informações relativas à riqueza, criada pela Companhia, e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado —, sendo apresentada como informação adicional.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Práticas contábeis materiais

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas, que tratam dos temas de suas aplicações.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações sobre as estimativas, que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação, e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

4.1. Testes de recuperabilidade de ativos (Impairment)

a) Premissas para testes de recuperabilidade de ativos (Impairment)

As projeções, relacionadas às premissas-chave, derivam do plano de negócios e gestão, para os primeiros cinco anos, e são consistentes com o plano estratégico, para os anos subsequentes. Tais projeções são consistentes com evidências de mercado, tais como previsões macroeconômicas independentes, análises da indústria e de especialistas. Testes estatísticos, como *backtesting* e *feedback*, também são efetuados para aprimorar continuamente as técnicas de previsão da Companhia.

O modelo de previsão de preços da PBio é baseado em uma relação não linear entre as variáveis, que visam representar os fundamentos de oferta e demanda do mercado.

Mudanças no ambiente econômico podem gerar alterações de premissas e, consequentemente, o reconhecimento de perdas por desvalorização (ou reversões de perda) em certos ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).

Mudanças no ambiente econômico e político podem também resultar em projeções de risco-país mais altas, ocasionando elevação nas taxas de desconto, usadas nos testes de *impairment*.

O valor recuperável, de determinados ativos, pode não exceder substancialmente seus valores contábeis e, por esta razão, é razoavelmente possível que perdas por desvalorização sejam reconhecidas nestes ativos nos próximos anos, devido à observação de uma realidade distinta em relação às premissas assumidas.

b) Definição das unidades geradoras de caixa para testes de recuperabilidade de ativos (Impairment)

Esta definição envolve julgamentos e avaliação, por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão. O nível de desagregação de ativos, em UGCs, pode chegar até o limite dos ativos serem testados individualmente.

Alterações nas UGCs, em função de revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais, podem resultar em alterações nas interdependências entre ativos e, consequentemente, na agregação ou desagregação de ativos, que fazem parte de determinadas UGCs, podendo influenciar na sua capacidade de gerar caixa e ocasionar perdas ou reversões adicionais na recuperação de tais ativos.

As definições das UGCs adotadas são as seguintes:

· UGC Biodiesel: conjunto de ativos que compõe as usinas de Montes Claros e Candeias. A definição da UGC, com avaliação conjunta das usinas, reflete o processo de planejamento e realização da produção, considerando as condições do mercado nacional e a capacidade de fornecimentos de cada usina, assim como os resultados alcançados na comercialização dos produtos e a oferta de matéria-prima.

As operações da Usina de Quixadá (CE) encontram-se encerradas. Por conta disso, a planta deixou de fazer parte da UGC das Usinas de Biodiesel, estando com *impairment* integral.

4.2. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios, definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica, dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas. Dentre as principais estão:

· Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada, com base no mercado mais juros reais, apurados por meio de uma taxa equivalente, que conjuga o perfil de maturidade das obrigações, de pensão e saúde, com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e

· Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (*per capita*) da companhia, nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia, no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais, devido à mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas, estão divulgadas na nota explicativa 14.

4.3. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos, envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais, decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas, para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos, são realizadas pela Companhia, com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e, essencialmente, levam em consideração fatores como: a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações, mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 19.

4.4. Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito esperadas (PCE) para ativos financeiros baseia-se em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a Companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro, com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

4.5. Recuperabilidade de créditos tributários

A Administração realiza, no mínimo, anualmente, teste de recuperabilidade sobre os créditos tributários, oriundos das operações da Companhia. Esses testes têm como premissa os fluxos de caixa projetados futuros e legislação fiscal vigente, no momento de sua realização, que visam demonstrar se a Companhia terá capacidade, por meio de suas atividades operacionais, de recuperação de tais créditos.

Uma provisão é constituída, quando se observa que os valores registrados estão acima dos seus respectivos valores recuperáveis. Mais informações sobre essas provisões podem ser observadas na nota explicativa 13.2.

4.6. Valor justo dos derivativos de moeda e commodity

O valor justo de derivativos de moeda estrangeira é estimado de acordo com o valor da moeda no mercado *spot*, no fechamento do mês, acrescido de juros, até a data de vencimento das posições em aberto. O valor justo de *commodities* é estimado pelo valor do contrato futuro da *commodity*, operada na bolsa de referência (bolsa de Chicago – CBOT – óleo de soja), no fechamento do mês.

Outras informações e análises de sensibilidades dos derivativos são divulgadas na nota explicativa 21.2.

5. Novas normas e interpretações

5.1. International Accounting Standards Board (IASB)

A Companhia é regida pelos regramentos publicados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS — sigla, em inglês, para *International Financial Reporting Standards* —, tal como emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Os principais normativos emitidos pelo IASB, que ainda não entraram em vigor até 31 de dezembro de 2023 são:

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
<i>Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants - Amendments to IAS 1</i>	As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante, quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante, pelo menos, doze meses, após o período de reporte. Entre outras orientações, as emendas determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas <i>covenants</i> , cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte, devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante. Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo informações sobre passivos não circulantes, com cláusulas restritivas <i>covenants</i> , cujo cumprimento é obrigatório em até 12 meses após a data de reporte.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
<i>Supplier Finance Arrangements - Amendments to IAS 7 and IFRS 7</i>	As emendas estabelecem as características dos acordos de financiamento, envolvendo fornecedores e que devem ser divulgadas determinadas informações, relacionadas a tais acordos, de forma a possibilitar a avaliação dos efeitos deles sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez.	1º de janeiro de 2024 com regras de transição específicas.

Em relação aos normativos listados acima, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras, quando adotados pelo CPC.

5.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

A seguir, são apresentados os normativos emitidos pelo CPC, que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia, até 31 de dezembro de 2023, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Revisão de Pronunciamentos Técnico, s nº 23	<i>Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants (Amendments to IAS 1)</i> <i>Lease Liability in a Sale and Leaseback (Amendments to IFRS 16)</i>	1º de janeiro de 2024
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24	<i>Supplier Finance Arrangements (Amendments to IAS 7 and IFRS 7)</i>	1º de janeiro de 2024 com regras de transição específicas

Os efeitos esperados da aplicação inicial, referente aos normativos listados acima, são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos, emitidos pelo IASB, apresentados no item 5.1.

6. Contas a receber

6.1. Contas a receber, líquidas

	31.12.2023	31.12.2022
Recebíveis de contratos com clientes Terceiros	55.963	67.061
Partes relacionadas (nota explicativa 12.1)	353	568
Subtotal	56.316	67.629
Outras contas a receber (i)		
Terceiros	1.773	21.065
Partes relacionadas (nota explicativa 12.1)	702	28.976
Subtotal	2.475	50.041
Total do contas a receber	58.791	117.670
Perdas de crédito esperadas (PCE) - Terceiros	(7.983)	(8.123)
Total do contas a receber, líquidas	50.808	109.547

(i) A redução se deu, basicamente, pelo ressarcimento das notas fiscais emitidas às Refinarias de Mataripe e Gabriel Passos (REGAP), por conta do Convênio ICMS 206/21, que se encerrou em abril de 2023.

6.2. Aging do Contas a receber – Terceiros

	31.12.2023	31.12.2022		
Contas a receber	PCE	Contas a receber	PCE	
A vencer	44.287	(7)	74.065	(104)
Vencidos:				
Até 3 meses	5.430	(36)	6.680	(824)
De 3 a 6 meses	413	(374)	166	(699)
De 6 a 12 meses	131	(98)	3.693	(3.062)
Acima de 12 meses	7.475	(7.468)	3.522	(3.434)
Total	57.736	(7.983)	88.126	(8.123)

6.3. Movimentação das perdas de crédito esperadas – PCE

	2023	2022
Saldo inicial	8.123	3.451
Adições	680	4.953
Reversões	(709)	(256)
Baixas	(111)	(25)
Total	7.983	8.123

6.4. Contas a receber – FIDC

	31.12.2023	31.12.2022
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC (nota explicativa 12.1)	443.052	458.483
Total	443.052	458.483

Representam os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas exclusivamente pela Petrobras e suas controladas.

A aplicação desses recursos, no FIDC-NP, é tratada como "recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente em direitos creditórios.

Prática contábil

As contas a receber são, geralmente, classificadas como ao custo amortizado.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) para contas a receber de clientes de curto prazo, por meio da utilização de matriz de provisões.

A matriz tem como base a experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

PCE é a média ponderada de perdas de crédito históricas com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

Em geral, para os demais recebíveis, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à PCE para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro aumentar significativamente, desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à PCE (vida total).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (*default*), que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço, com o risco de inadimplência, que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial.

Independente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente, desde o seu reconhecimento inicial, quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A Companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente, desde o seu reconhecimento inicial, quando as contas a receber possuem baixo risco de crédito, na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Inexistindo controvérsia ou outras questões, que podem resultar em suspensão da cobrança, a Companhia considera inadimplência, quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos, quando devidos, ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento, devido contratualmente em prazo igual ou superior a noventa dias.

7. Estoques

	31.12.2023	31.12.2022
Matéria-prima (i)	562	653
Produtos intermediários (ii)	16.909	35.652
Produtos acabados (iii)	21.877	40.068
Materiais	13.377	12.453
Créditos de descarbonização – CBIOS	18.525	12.910
(-) Ajuste a valor realizável líquido	(1.913)	(10.311)
Total	69.337	91.425

(i) Metanol;
(ii) Óleos e gorduras vegetais e de animais; e
(iii) Biodiesel, glicerina, ácido graxo, borra de refino (soja) e borra de sebo bovino.

A redução dos saldos de produtos intermediários e acabados, em 2023, deveu-se, principalmente, ao baixo volume de produção, conforme nota explicativa 1.2.

A redução do ajuste a valor realizável líquido decorreu, principalmente, de uma menor margem negativa dos produtos em estoque, além da menor quantidade de produtos estocados, com destaque para o biodiesel, no final de cada ano.

Prática contábil

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de compra ou de produção, exceto CBIOS, e são ajustados ao seu valor de realização líquido, quando este for inferior ao valor contábil.

O estoque de créditos de descarbonização (CBIOS) é reconhecido, inicialmente, pelo seu valor justo e deduzido ao seu valor de realização, quando este for inferior ao valor contábil, tendo como base de informação à sua cotação em bolsa na data do Balanço Patrimonial.

Os materiais e suprimentos para manutenção e outros representam, principalmente, insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Companhia, exceto matérias-primas, e estão demonstrados ao custo médio de compra, quando este não excede ao custo de reposição.

O valor de realização líquido compreende o preço de venda, estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos gastos para se concretizar a venda, levando em consideração a finalidade para a qual o estoque é mantido.

8. Venda de ativos

Em 2021, a Companhia concluiu a venda de suas participações societárias. A seguir são apresentadas informações acerca dos respectivos processos de vendas:

8.1. BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S/A (BSBios) – Atual Be8 S.A

Por conta da operação de venda de sua participação na BSBios, a compradora mantém R\$ 69.566 depositados em conta vinculada (*escrow*) na data-base deste relatório.

Os recursos, mantidos nessa conta, visam cobrir indenizações de eventuais contingências, estabelecidas em contrato de compra e venda, e são liberados para a PBio conforme prazo e condições estabelecidas nesse contrato, desde que os valores das contingências não superem os valores depositados na conta vinculada. Dado, portanto, o grau de incerteza do recebimento desses recursos, a Companhia somente os reconhece quando do seu efetivo recebimento e ou à medida em que possam ser classificados como praticamente certos com valor e tempo de recebimento, confiavelmente definidos, por conta da característica de ativo contingente dessa operação.

Em 09 de fevereiro de 2022, a PBio recebeu a 1ª parcela do saldo da conta vinculada, no montante de R\$ 11.463, com reflexo em outras receitas operacionais (nota explicativa 18).

A 2ª parcela, prevista para o 1º trimestre de 2023, não foi paga, em virtude do valor estimado pela BSBios, em matéria de indenizações futuras, ser superior ao valor dessa parcela, razão pela qual não houve impacto no saldo da conta.

Os processos judiciais classificados como perda provável e possível, atrelados ao valor mantido na conta *escrow*, montam, em 31 de dezembro de 2023, R\$ 1.141 e R\$ 128.912, respectivamente. Como os valores das perdas prováveis estão abaixo do saldo da *escrow*, não foi realizada nenhuma provisão adicional.

8.2. Belém Bioenergia Brasil S.A. ("BBB")

Conforme previsto em contrato de compra e venda de ações (CCVA) dessa participação, a PBio, por ser responsável pela indenização de 50% das perdas sofridas pela desinvestida em determinados processos judiciais estabelecidos nesse CCVA, constituiu provisão para perdas prováveis de R\$ 3.732, em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 4.499, em 31 de dezembro de 2022). Já as perdas possíveis somam, em 31 de dezembro de 2023, R\$ 13.446.

9. Imobilizado

9.1. Por tipo de ativos

	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.391	254.296	17.046	276.733
Custo	13.824	648.036	17.046	678.906
Depreciação acumulada	(8.433)	(393.740)	-	(402.173)
Adições	-	737	8.141	8.878
Baixas	-	-	(21)	(21)
Transferências	5.339	10.578	(15.917)	-
Depreciação	(685)	(25.151)	-	(25.836)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.045	240.460	9.249	259.754
Custo	17.675	685.888	9.249	712.812
Depreciação acumulada	(7.630)	(445.428)	-	(453.058)





Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos, benfeitorias e outros bens	Direitos de uso	Ativos em construção	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.018	273.382	-	11.812	291.212
Custo	65.808	591.133	2.752	11.812	671.505
Depreciação acumulada	(59.790)	(317.751)	(2.752)	-	(380.293)
Adições	-	316	-	10.824	11.139
Baixas	-	-	-	(2)	(2)
Transferências	-	5.566	-	(5.588)	(22)
Depreciação	(627)	(24.968)	-	-	(25.594)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.391	254.296	-	17.046	276.733
Custo	13.824	648.036	-	17.046	678.906
Depreciação acumulada	(8.433)	(393.740)	-	-	(402.173)

9.2. Tempo de vida útil estimada

O tempo de vida útil dos ativos, depreciados pelo método linear, são demonstrados a seguir:

Ativo	Tempo de vida útil médio ponderado em anos
Edificações e benfeitorias	26 - (16 a 50)
Equipamentos e outros bens	20 - (5 a 50)

A abertura por tempo de vida útil estimada, das edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens, é a seguinte:

Vida útil estimada	Edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo em 31.12.2023
Até 5 anos	7.107	(2.180)	4.927
6 - 10 anos	6.876	(5.249)	1.627
11 - 15 anos	-	-	-
16 - 20 anos	267.294	(208.825)	58.469
21 - 25 anos	250.230	(154.476)	95.754
26 - 30 anos	63.644	(37.501)	26.143
30 anos em diante	107.825	(44.827)	62.998
	702.976	(453.058)	249.918
Edificações e benfeitorias (*)	17.088	(7.630)	9.458
Equipamentos e outros bens	685.888	(445.428)	240.460
	702.976	(453.058)	249.918
(*) Terrenos (sem vida útil definida)	587	-	-

Prática contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzidos da depreciação acumulada e perdas, por redução ao valor recuperável de ativos — impairment.

Os gastos com grandes manutenções planejadas, efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das unidades industriais, são reconhecidos no ativo imobilizado, quando o prazo de campanha for superior a doze meses e houver previsibilidade das campanhas. Esses gastos são depreciados pelo período previsto, até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções, que não atendem a esses requisitos, são reconhecidos como despesas, no resultado do exercício.

As peças de reposição e os sobressalentes, com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado, são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os ativos são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas e revisadas anualmente. Os terrenos não são depreciados.

Os ativos, exceto terrenos, são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que são revisadas anualmente e demonstradas na nota explicativa 9.2.

10. Redução ao valor recuperável dos ativos - Impairment

10.1. Imobilizado

Na avaliação de recuperabilidade dos ativos imobilizados, testados individualmente ou agrupados em unidades geradoras de caixa - UGC, a PBio considerou as seguintes projeções:

- vida útil baseada na expectativa de utilização dos ativos ou conjunto de ativos, que compõem a UGC, considerando sua política de manutenção;
- premissas e orçamentos aprovados pela Administração para o período correspondente ao ciclo de vida esperado, em razão das características dos negócios; e
- taxa de desconto, que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*weighted average cost of capital - WACC*) pós-imposto. O uso de taxas de desconto pós-impostos, na determinação dos valores em uso, não resulta em valores recuperáveis diferentes, se taxas de desconto, antes dos impostos, tivessem sido usadas.

As principais estimativas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, para determinar o valor em uso das UGC's, foram:

- taxa de desconto de 10,2% para 2023 (9,0% - 2022);
- aplicação da nova curva de câmbio aos preços em dólar projetados para o óleo de soja e a curva de preços de biodiesel projetada em reais;
- aplicação de novos *spreads*, em relação ao óleo de soja Paranaíba e em relação ao biodiesel, média Brasil, devido às novas condições de mercado.

Prática contábil

A PBio avalia a recuperabilidade dos ativos anualmente ou quando existe um indicativo de desvalorização ou de reversão de perdas por impairment, reconhecidas em exercícios anteriores.

Essa avaliação é efetuada para o ativo individual ou ao menor grupo identificável de ativos, que gera entradas de caixa. Entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (UGC). A nota explicativa 4.1 apresenta informações detalhadas sobre as UGC's.

Os ativos de produção de biodiesel têm a recuperação do seu valor testada pelo menos anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil do ativo ou UGC é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso de um ativo e seu valor justo líquido de despesa de venda. Considerando-se as sinergias das usinas de biodiesel e a expectativa de utilização dos ativos, até o final da vida útil, regularmente, o valor recuperável, utilizado na realização do teste de recuperabilidade, é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. As principais premissas dos fluxos de caixa são: taxas de câmbio e preços baseados no último Plano de Negócios e Gestão e Plano Estratégico divulgado.

Nos exercícios de 2023 e 2022, não houve reconhecimento de perdas por impairment.

11. Fornecedores

	31.12.2023	31.12.2022
Terceiros no país (i)	50.962	85.873
Partes relacionadas (nota explicativa 12.1)	27.948	13.175
Total	78.910	99.048

(i) Principais fornecedores: Cargill Agrícola S.A., CRV Agropecuária, Indústrias Dureino S.A., Propalma Atacadista e Helm do Brasil.

A redução do saldo de fornecedores terceiros deveu-se à redução nas compras de matérias-primas, decorrente do menor volume de produção nesse exercício (vide nota explicativa 1.2).

12. Partes relacionadas

A Companhia segue a política com partes relacionadas da sua controladora, a Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses, respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos eram compostos como seguem:

12.1. Transações comerciais e outras operações

Ativo	31.12.2023					31.12.2022	
	Petrobras	Petros	APS	FIDC-NP	Outras	Total	Total
Contas a receber							
Contas a receber - FIDC (nota explicativa 6.4)	-	-	-	443.052	-	443.052	458.483
Reembolso pessoal cedido	700	-	-	-	-	700	1.078
Outras operações	355	-	-	-	-	355	28.466
Adiantamento a fornecedor	-	-	879	-	-	879	766
Investimentos (i)	-	-	665	-	-	665	665
Circulante	1.055	-	879	443.052	-	444.986	488.793
Não circulante	-	-	665	-	-	665	665
Total	1.055	-	1.544	443.052	-	445.651	489.458
Passivo							
Fornecedores							
Compartilhamento de Custos e Despesas - CCD	23.222	-	-	-	-	23.222	9.905
Outras operações	2.217	-	966	-	1.543	4.726	3.270
Contas a pagar - Redução de capital (nota explicativa 15.1)	150.000	-	-	-	-	150.000	-
Plano de pensão (nota explicativa 14.2)	-	3.770	-	-	-	3.770	2.719
Plano de saúde (nota explicativa 14.2)	-	-	20.398	-	-	20.398	11.269
Circulante	175.439	243	966	1.543	-	178.191	27.163
Não circulante	-	3.527	20.398	-	-	23.925	-
Total	175.439	3.770	21.364	1.543	-	202.116	27.163

(i) Mediante convênios celebrados entre as patrocinadoras e a Associação Petrobras de Saúde (APS), foram realizadas transferências de recursos financeiros, até dezembro de 2021, para formação do capital regulatório estabelecido pela Agência Nacional de Saúde (ANS), com o objetivo de garantir a cobertura aos seus beneficiários.

Resultado	2023					2022	
	Petrobras	Petros	APS	FIDC-NP	Outras	Total	Total
Receita de vendas	15.069	-	-	-	-	15.069	621
Gastos com pessoal requisitado e CCD	(21.045)	-	-	-	-	(21.045)	(17.367)
Resultado com pessoal cedido	1.762	-	-	-	-	1.762	868
Receita financeira - FIDC	-	-	-	52.436	-	52.436	74.391
Gastos com benefícios a empregados	-	(3.724)	(5.211)	-	-	(8.935)	(8.900)
Total	(4.214)	(3.724)	(5.211)	52.436	-	39.287	49.613

12.2. Membros chave da administração e empregados

Remuneração

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens da PBio, bem como a legislação específica, estabelece os critérios para todas as remunerações, atribuídas pela Companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações mensais de empregados da PBio, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, relativas aos exercícios de 2023 e 2022, foram as seguintes:

Remuneração do empregado	(Em Reais)	
	2023	2022
Menor remuneração	7.749,59	2.573,70
Remuneração média	24.254,80	21.917,30
Maior remuneração	86.947,77	52.215,14

A remuneração anual da Diretoria Executiva da PBio, incluindo a remuneração variável, relativas aos exercícios de 2023 e 2022, foram as seguintes:

Remuneração do dirigente da PBio (inclui remuneração variável)	(Em Reais)	
	2023	2022
Menor remuneração	1.072.206,70	1.008.889,96
Remuneração média	1.102.325,36	1.046.346,09
Maior remuneração	1.149.334,96	1.075.272,16

Na tabela abaixo, são apresentados os benefícios oferecidos aos empregados, bem como o gasto global com cada benefício:

Benefícios aos empregados	(Em Reais)	
	2023	2022
Assistências médica e odontológica	2.851	3.376
Auxílios alimentação e refeição	1.711	1.559
Auxílio creche	1.282	1.006
Auxílio transporte	175	117
Previdência complementar	3.150	3.434
Outros	222	230

Adicionalmente, na tabela abaixo, são apresentados alguns indicadores do corpo funcional da Companhia:

	2023	2022
Número de empregados(as) ao final do exercício	140	140
Número de admissões durante o exercício	7	-
Número de demissões durante o exercício	7	3
Número de empregados(as) de empresas prestadoras de serviços	357	322
Número de estagiários(as)	14	-
Número de jovem aprendiz	4	-

As remunerações totais dos membros da Diretoria Executiva da PBio têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) e são apresentadas a seguir:

	2023		2022	
	Diretoria Executiva	Diretoria Executiva	Diretoria Executiva	Diretoria Executiva
Salários e benefícios	3.413	3.458	3.413	3.458
Encargos sociais	842	879	842	879
Número de membros	3	3	3	3
Número de membros remunerados	3	3	3	3

Em 29 de maio de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou, dentro do limite autorizado pela SEST (Ofício SEI nº 305/2023/MGI), a remuneração global dos administradores (Diretoria Executiva) no valor de R\$ 6.016, a remuneração global do Conselho Fiscal, no valor de R\$ 498, e a fixação dos honorários mensais dos membros do Conselho Fiscal, em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos à adicional de férias e benefícios.

A remuneração média anual dos membros do Conselho Fiscal da PBio, no exercício de 2023, foi de R\$ 101 (R\$ 117, considerando os encargos sociais).

13. Tributos

13.1. Imposto de Renda e Contribuição Social

Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social	Ativo Circulante	
	31.12.2023	31.12.2022
Imposto de renda	37.123	23.456
Contribuição social	1.844	1.529
	38.967	24.985

A variação decorre, especialmente, pelo aumento do saldo negativo IR/CS 2023-2022, complementado pela atualização SELIC sobre ele.

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	2023	2022
Prejuízo antes dos impostos	(90.999)	(196.324)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	30.940	66.750
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Incentivos fiscais	-	718
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(31.616)	(64.082)
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	1.089	(2.553)
Outros	(413)	(833)
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
	-	-
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,0%	0,0%

Em 31 de dezembro de 2023, o prejuízo fiscal do imposto de renda e da base negativa da contribuição social, acrescidos das diferenças temporárias totalizavam, respectivamente, R\$ 2.765.976 e R\$ 2.769.030 (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 2.672.989 e R\$ 2.675.604, respectivamente).

A Companhia não reconhece ativo fiscal diferido, por não existirem evidências de que haverá disponibilidades de lucro tributável suficiente para utilização desse benefício.

Prática contábil

A Companhia apura seus tributos sobre o lucro, de acordo com a legislação vigente, ao final do exercício que está sendo reportado. Estes tributos são calculados com base no lucro tributável, conforme legislação pertinente, e mensurados pelas alíquotas vigentes no final do exercício, que está sendo reportado. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado, a menos que estejam relacionadas à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável, para compensar os valores reconhecidos, e quando há intenção de quitar, em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo, simultaneamente.

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal.

13.2. Demais impostos e contribuições

Demais impostos e contribuições

	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo Circulante	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2023	31.12.2023	31.12.2023
Imposto de renda retido na fonte	-	-	-	-	1.589	1.336
ICMS	82.898	96.394	377	423	-	-
PIS e COFINS	91.078	115.560	33.596	37.037	-	-
IPI	1.251	3.515	-	-	-	-
Outros	602	578	-	-	9	59
Subtotal	175.829	216.047	-	33.973	37.460	1.598
Provisão para perdas - ICMS (i)	-	(24.423)	-	(320)	-	-
Provisão para perdas - PIS e COFINS (i)	(48.195)	(87.979)	-	(4.859)	-	-
Subtotal	(48.195)	(112.402)	-	(5.179)	-	-
Total	127.634	103.645	33.973	32.281	1.598	1.395

(i) Em dezembro de 2021, a Companhia reconheceu uma provisão para perda de R\$ 92.837 de PIS e COF



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

14.2 Benefícios pós emprego

Os saldos relativos a benefícios pós-emprego, concedidos a empregados, estão representados a seguir:

Passivo	31.12.2023	31.12.2022
Plano de Saúde - Saúde Petrobras	20.398	11.269
Plano de Pensão Petros 2 (PP2)	3.770	2.719
Total	24.168	13.988
Circulante	243	-
Não Circulante	23.925	13.988
Total	24.168	13.988

14.2.1. Natureza e riscos associados aos planos de benefícios definidos

Plano de saúde

O Plano de saúde, nomeado "Saúde Petrobras", é administrado pela Associação Petrobras de Saúde (APS), associação civil, sem fins lucrativos, e inclui programas de prevenção e assistência à saúde. O plano cobre todos os empregados atuais, aposentados e está aberto a novos empregados.

O plano está exposto principalmente ao risco de aumento dos custos médicos, devido à inflação, novas tecnologias, novos tipos de cobertura, e a um maior nível de utilização de benefícios médicos. A Companhia aprimora continuamente a qualidade de seus processos técnicos e administrativos, bem como dos programas de saúde oferecidos aos beneficiários, a fim de mitigar esse risco.

Os empregados e os aposentados realizam contribuições fixas mensais, para cobertura de procedimentos de alto risco, e contribuições variáveis para parcela do custo dos demais procedimentos, ambas com base nas tabelas de contribuição do plano, que são definidas com base em determinados parâmetros, como o salário e níveis de idade. O plano contempla também o acesso a uma ampla lista de medicamentos, com subsídio parcial ou integral. Esse programa é destinado principalmente às pessoas em tratamento de doenças crônicas, priorizadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelo Ministério da Saúde, doenças psiquiátricas e doenças neurológicas. O Benefício Farmácia oferece três modalidades de atendimento: aquisição nas farmácias credenciadas, com pagamento do valor da coparticipação, por reembolso ou *delivery*.

O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia, com base nos custos incorridos pelos participantes. A participação financeira da Companhia e dos beneficiários nas despesas é estabelecida no acordo coletivo de trabalho (ACT), sendo, atualmente, 60% (sessenta por cento) pela Companhia e 40% (quarenta por cento) pelos participantes.

Revisão anual do plano de saúde

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo foi remensurado com as premissas atuariais vigentes, cujo resultado está demonstrado no quadro (a) do item 14.2.2 – Valores nas demonstrações financeiras relacionadas a planos de benefícios definidos.

Plano de pensão – PP2

O plano de pensão PP2 é administrado pela Fundação Petros, que foi constituída como uma entidade jurídica, sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira.

O plano de pensão é regulado pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), que contempla todas as diretrizes e procedimentos a serem adotados pelos planos, para sua gestão e relacionamento com as partes interessadas.

A Petros realiza periodicamente avaliações dos planos, em cumprimento a norma vigente de previdência complementar, e, quando aplicável, estabelece medidas com objetivo de oferecer sustentabilidade ao plano.

Os planos de pensão complementam a renda de seus participantes durante a aposentadoria, além de garantir uma pensão por morte aos seus beneficiários. O benefício consiste em uma renda mensal complementar ao benefício concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A tabela a seguir fornece outras características desse plano:

Plano de Pensão - Petros 2 (PP2)	
Modalidade	Contribuição Variável (parcela BD + parcela CD)
Participantes do plano	O Plano foi implementado em 2012, abrangendo os empregados, sem assunção do serviço passado.
Novas inscrições	Aberto
Pagamentos de aposentadoria	Pagamentos mensais de benefício definido ao longo da vida ou pagamentos mensais de benefício não definido de acordo com a opção exercida pelo participante.
Outros benefícios gerais	Benefício global por morte (capital segurado) e pagamentos mensais relacionados aos seguintes eventos: morte, invalidez, doença e reclusão.
Indexação de pagamentos de aposentadoria pelo plano	Pagamentos mensais vitalícios: atualizados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Pagamentos mensais de benefício não definido: com base na variação da cota de conta individual.
Contribuições paritárias feitas pelos participantes e pela Companhia aos planos	É composto por: i) contribuições normais que cobrem o custo esperado dos planos no longo prazo; e ii) contribuições extraordinárias que cobrem custos adicionais, em caso de surgimento de apuração de déficit, conforme previsto no regulamento para a parcela de benefício definido do plano.

Revisão anual dos planos de pensão

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos foram remensurados com as premissas atuariais vigentes, cujos resultados estão demonstrados no quadro (a) do item 14.2.2 – Valores nas demonstrações financeiras relacionadas a planos de benefícios definidos.

14.2.2. Valores nas demonstrações financeiras da Pbio, relacionados a planos de benefícios definidos

a) Movimentação das obrigações reconhecidas no balanço patrimonial

Representa a obrigação da Companhia líquida, dos ativos garantidores e descontada a valor presente, calculada de acordo com a metodologia estabelecida no CPC 35 (R1) – Benefícios a Empregados –, que diverge das práticas contábeis e atuariais adotadas pelos fundos de pensão regulados pelo CNPC.

Informações sobre as variações das principais premissas, aplicadas à revisão atuarial, estão dispostas no quadro da nota 14.2.4 – Incertezas de mensuração associadas à obrigação de benefício definido.

A movimentação das obrigações com planos de pensão e saúde, com característica de benefício definido, está representada a seguir:

	31.12.2023			31.12.2022		
	Plano de Pensão -	Plano de Saúde -	Total	Plano de Pensão -	Plano de Saúde -	Total
	PP2	Petrobras		PP2	Petrobras	
Valores reconhecidos no balanço patrimonial						
Valor presente das obrigações (VPO)						
Valor Justo dos Ativos do Plano (VJA)	(3.279)	-	(3.279)	(772)	-	(772)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	3.770	20.398	24.168	2.719	11.269	13.988
Movimentação do passivo atuarial líquido						
Saldo em 1º de janeiro	2.719	11.269	13.988	3.958	8.396	12.354
Reconhecido no resultado - custeio e despesas	574	3.460	4.034	757	2.451	3.208
Custo do serviço corrente	249	2.114	2.363	332	1.555	1.887
Custo dos juros líquidos	325	1.346	1.671	425	896	1.321
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	664	5.779	6.443	(1.996)	382	(1.614)
Perdas (ganhos) de remensuração	664	5.779	6.443	(1.996)	382	(1.614)
Efeito caixa	(186)	(110)	(296)	-	40	40
Pagamento de contribuições	(186)	(110)	(296)	-	40	40
Saldo do passivo atuarial em 31 de dezembro	3.770	20.398	24.168	2.719	11.269	13.988

b) Movimentação do valor presente da obrigação (VPO)

	31.12.2023			31.12.2022		
	Plano de Pensão -	Saúde -	Total	Plano de Pensão -	Saúde -	Total
	PP2	Petrobras		PP2	Petrobras	
Movimentação						
Valor presente das obrigações no início do exercício	3.491	11.269	14.760	4.712	8.396	13.108
Reconhecido no resultado	661	3.460	4.121	833	2.451	3.284
Custo dos juros	413	1.346	1.758	501	896	1.397
Custo do serviço	249	2.114	2.363	332	1.555	1.887
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	3.213	5.779	8.992	(2.006)	382	(1.624)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - experiência	826	(1.103)	(276)	(1.065)	(1.277)	(2.342)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses demográficas	(4)	26	22	112	(135)	(23)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses financeiras	2.390	6.856	9.246	(1.053)	1.794	741
Outros	(316)	(110)	(427)	(49)	40	(9)
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	(468)	(110)	(578)	(49)	40	(9)
Contribuições de participantes	151	-	151	-	-	-
Valor presente das obrigações no final do exercício	7.049	20.398	27.448	3.491	11.269	14.760

c) Movimentação do valor justo dos ativos (VJA)

	31.12.2023			31.12.2022		
	Plano de Pensão -	Saúde -	Total	Plano de Pensão -	Saúde -	Total
	PP2	Petrobras		PP2	Petrobras	
Movimentação						
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	(772)	-	(772)	(754)	-	(754)
Reconhecido no resultado - custeio e despesas	(87)	-	(87)	(77)	-	(77)
Receita de juros	(87)	-	(87)	(77)	-	(77)
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	(2.549)	-	(2.549)	10	-	10
Remensuração: Retorno sobre os ativos maior/ (menor) que a taxa de desconto	(2.549)	-	(2.549)	10	-	10
Efeito caixa	(186)	-	(186)	-	-	-
Contribuições pagas pela Companhia	(186)	-	(186)	-	-	-
Outros movimentos	316	-	316	49	-	49
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	468	-	468	49	-	49
Contribuições de participantes	(151)	-	(151)	-	-	-
Valor justo dos ativos no final do exercício	(3.279)	-	(3.279)	(772)	-	(772)

14.2.3. Contribuições

O Plano Petros 2 possui uma parcela com característica de contribuição definida, cujos pagamentos são reconhecidos no resultado. Em 2023, a contribuição da Companhia para a parcela de contribuição definida, do Plano Petros 2, foi de R\$ 3.106 (R\$ 3.296 em 2022).

As contribuições esperadas da Companhia, para o ano de 2024, são de R\$ 3.858, referente à parcela de contribuição definida.

A parcela da contribuição, com característica de benefício definido do PP2 (Risco e Garantias Mínimas), que estava suspensa, desde julho de 2012, foi restabelecida em abril de 2023, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Petros. Dessa forma, uma parcela da contribuição mensal passou a ser novamente destinada à cobertura de risco (pagamento dos benefícios de Auxílio-Doença, Auxílio-Reclusão, Pecúlio por Morte e as Garantias Mínimas), reduzindo o saldo da obrigação atuarial, conforme as contribuições são efetuadas.

14.2.4. Incertezas de mensuração associadas à obrigação de benefício definido

As premissas atuariais financeiras e demográficas significativas, usadas para determinar a obrigação de benefício definido, são apresentadas na tabela abaixo:

	31.12.2023		31.12.2024	
	Plano de Pensão -	Plano de Saúde -	Plano de Pensão -	Plano de Saúde -
	PP2	Saúde Petrobras	PP2	Saúde Petrobras
Taxa nominal de desconto (% a.a.)	9,56%	9,56%	11,97%	11,97%
Taxa nominal de retorno dos ativos (% a.a.)	9,56%	n/a	11,97%	n/a
	2024: 8,11%			
Apartir de 2025:				
Taxa nominal de crescimento salarial (%a.a.)	6,66%	n/a	7,74%	n/a
Taxa de reajuste de benefícios do plano (%a.a.)	3,90%	n/a	5,45%	n/a
Inflação (% a.a.)	3,90%	3,90%	5,45%	5,45%
Taxa de crescimento dos custos médicos (% a.a.)	n/a	13,11% a 3,75%	n/a	9,87% a 3,25%
Tábua de mortalidade geral	AT-2012, feminina, suavizada em 10%	AT-2012, feminina, suavizada em 10%	AT-2012, feminina, suavizada em 10%	AT-2012, feminina, suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Experiência Invalidez PP-2 2022	Experiência Invalidez PP-2 2022	Experiência Invalidez PP-2 2022	Experiência Invalidez PP-2 2022
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57 Forte, suavizada em 30%	IAPB-57 Forte, suavizada em 30%	IAPB-57 Forte, suavizada em 30%	IAPB-57 Forte, suavizada em 30%
Idade de entrada na aposentadoria	1ª elegibilidade	Homens - 57 anos Mulheres - 56 anos	1ª elegibilidade	Homens - 57 anos Mulheres - 56 anos

Prática contábil

As obrigações, com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica, são provisionadas com base em cálculo atuarial, elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais, que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos empregados.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício, definido resultante do serviço prestado pelo empregado, no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício, definido por serviço prestado por empregados, em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos, sobre o valor líquido de passivo de benefício definido, é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício, definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidas no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo, líquido do ativo de benefício definido.

A Companhia também contribui para planos de contribuição definida, de forma paritária, ao valor da contribuição normal do empregado, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

15. Patrimônio Líquido

15.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$ 3.596.670 (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 3.746.670), está representado por 359.666.989 ações ordinárias, sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2022 - 374.666.989), todas escriturais com direito a voto e pertencentes ao acionista controlador — Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

Redução de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), de 14 de novembro de 2023, o Acionista aprovou a redução do capital social, tendo como base o excesso de capital, no valor de R\$ 150.000, com o cancelamento de 15.000.000 de ações, mediante transferência de recursos financeiros para a Petrobras, após decorridos os 60 dias e caso não haja oposição de credores, conforme artigo 174 da Lei 6.404/76.

15.2. Resultado por ação

	2023	2022
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas	(90.999)	(196.324)
Quantidade de ações - Média ponderada	372.735.482	374.666.989
Prejuízo líquido básico e diluído por ação (em R\$)	(0,24)	(0,52)

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício, atribuído ao acionista da Companhia, pela média ponderada da quantidade de ações.

Os resultados apurados, básico e diluído, apresentam o mesmo valor por ação, em virtude de a Pbio não possuir ações potenciais com efeito de diluição.

15.3. Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece perdas e/ou ganhos, anualmente, pela remensuração dos seus planos de pensão e assistência médica.

Em 2023, a Companhia reconheceu perda de R\$ 6.443 (ganho de R\$ 1.614 em 2022), com remensuração dos seus planos de pensão e assistência médica, conforme mencionado na nota explicativa 14.2.2.

16. Receita de vendas

	2023	2022
Receita bruta de vendas	512.293	1.441.818
Encargos de vendas (i)	(46.373)	(18.308)
Créditos presumidos	14.436	31.880
Receita de vendas	480.356	1.455.390
Biodiesel	420.096	1.343.475
Glicerina Bruta	8.352	69.719
Coco seco	4.074	3.112
Grão de Mamona	23.705	21.351
Ácido Graxo	4.167	10.213
Sebo bovino	-	1.568
CBIOs	6.652	-
Óleo de soja tratado	12.064	-
Outros	1.246	5.952
Receita de vendas	480.356	1.455.390

A redução na receita de vendas, com destaque ao biodiesel, se deveu, em grande parte, pela ausência de vendas na usina de Candeias, no primeiro semestre de 2023, além do baixo faturamento em Montes Claros, ao longo do ano, conforme mencionado na nota explicativa 1.2. Já a glicerina e o ácido graxo foram impactados, por serem subprodutos do principal produto da Companhia. Parte dessa redução foi compensada pela venda, em 2023, de óleo de soja tratado, não observada em 2022, além dos CBIOs, que passaram a compor esse grupo, como explicado na nota explicativa 1.3.

(i) O aumento se deve, essencialmente, pela entrada em vigor do Convênio ICMS 199/22 – Regime Monofásico, com efeitos a partir de 01 de maio de 2023.

Prática contábil

A Companhia avalia os contratos com clientes, que serão objeto de reconhecimento de receitas, e identifica os bens e serviços distintos prometidos em cada um deles.

São consideradas obrigações de performance, as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços), que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos, que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

A Companhia mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito, em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros. Os preços das transações têm como base preços declarados em contratos, os quais refletem metodologias e políticas de preços da Companhia, baseadas em parâmetros de mercados.

Ao transferir um bem, ou seja, quando o cliente obtém o controle desse, a Companhia satisfaz à obrigação de performance e reconhece a respectiva receita, o que geralmente ocorre em momentos específicos, no tempo, no ato da entrega do produto.

17. Custos e despesas por natureza

17.1. Custos dos produtos vendidos

	2023	2022
Matérias-primas, produtos para revenda, materiais, serviços contratados e outros (i)	(497.950)	(1.586.766)
Depreciação e amortização	(25.676)	(25.441)
Gastos com pessoal	(27.824)	(25.959)
CBIOs (nota explicativa 1.3)	(5.674)	-
Total	(557.124)	(1.638.166)

(i) inclui variação de estoques.</



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras



17.3. Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Serviços contratados, fretes, aluguéis, encargos gerais e outros	(29.401)	(21.647)
Gastos com pessoal	(35.819)	(37.666)
Depreciação e amortização	(179)	(194)
Total	(65.400)	(59.508)

18. Outras receitas operacionais, líquidas

	2023	2022
Resultado com derivativos de commodities	(3.172)	(24.577)
Multas aplicadas à fornecedores	1.273	17.012
Emissões de créditos de descarbonização - CBIOS	11.288	21.620
Incentivos fiscais	-	2.113
Gastos com ociosidade (i)	(59.927)	(31.298)
Resultado na comercialização de CBIOS (ii)	-	4.304
Despesas com assistência técnica	(3.534)	(3.028)
Provisão para perdas com processos judiciais e administrativos	(4.058)	(15)
Reversão de provisão para perdas de créditos fiscais (nota explicativa 13.2)	69.495	-
Recebimento parcela conta escrow (nota explicativa 8.1)	-	11.463
Indenização por perdas - Desinvestimento BBB	(1.359)	(1.630)
Reversão de provisão para perdas com processos judiciais de desinvestimentos (Provisão)/reversão de perdas de créditos esperadas	767	4.202
Receita com indenização - Desinvestimento BSBIOS (iii)	661	(5.966)
Receita com indenização - Desinvestimento BSBIOS (iii)	16.502	6.970
Abono a empregados (iv)	(10.858)	-
Outras	(829)	348
Total	16.268	1.518

(i) Maior ociosidade no período decorrente, especialmente, da ausência de produção na Usina de Candeias, conforme nota explicativa 1.2;

(ii) O resultado, na comercialização de CBIOS, passou a ser apresentado no grupo de resultado bruto da Companhia, a partir da mudança de classificação contábil, conforme nota explicativa 1.3;

(iii) Valores relativos às superveniências ativas, recebidos da BSBIOS (atual Be8), previstos no contrato de compra e venda de ações;

(iv) Composto por benefício concedido aos empregados, por decisão da Companhia, além do abono concedido pela assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

19. Processos judiciais e contingências

19.1. Processos judiciais provisionados

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e, para as quais, uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a:

- Processos trabalhistas, destacando-se: reclamação trabalhista sobre pagamento de repouso remunerado, em decorrência da repercussão de horas extras, movida por sindicato de MG.
- Processos fiscais, destacando-se: ICMS - Diferença do DIFAL de máquinas e equipamentos, movida pelo estado da Bahia; e
- Processos cíveis, destacando-se: ação monitoria movida por pessoa física, em que alega ser credor da Pbio, por ter prestado serviço em cooperativa, que tinha relacionamento com a Companhia.

Os valores provisionados são os seguintes:

	31.12.2023	31.12.2022
Passivo não circulante	5.070	1.078
Processos Trabalhistas	160	151
Processos Fiscais	179	142
Processos Cíveis	5.409	1.371

Na preparação das demonstrações financeiras do exercício de 2023, a Companhia considerou todas as informações disponíveis, relativas aos processos em que é parte envolvida, para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

19.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	31.12.2023	31.12.2022
Ativo não circulante	2.675	3.382
Trabalhistas	2.675	3.382
Total	2.675	3.382

19.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes, cuja saída de recursos não é provável ou para a qual não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2023 e 2022, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	31.12.2023	31.12.2022
Trabalhistas	12.243	5.303
Fiscais	536.099	14.937
Cíveis	492	443
Ambientais	40	34
Total	548.874	20.717

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, trabalhista, cível e ambiental, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

	31.12.2023	Estimati 31.12.2022
--	------------	------------------------

Descrição dos processos de natureza trabalhista

Autor: Sindipetro MG

1) Reclamação trabalhista sobre cálculo de remuneração - Complemento de Remuneração Mínima Por Nível e Regime (RMNR). Reclamante alega dedução ilegal da parcela convencional intitulada RMNR, deduzindo do valor essa parcela outras parcelas salariais como adicional trabalho noturno (ATN) e outros.

Situação atual: Processo permanece suspenso, aguardando o julgamento pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal.	5.219	4.673
---	-------	-------

Autor: Sindipetro MG

1) Reclamação trabalhista envolvendo Repouso Salarial Remunerado (RSR) - Requerendo o direito de ter o RSR, pago em decorrência da repercussão das horas extras, calculados pelos dias efetivamente trabalhados e os dias de efetivo descanso.

Situação atual: Decisão desfavorável. Homologação de laudo com respectiva apresentação de impugnação pela Pbio.	5.387	-
---	-------	---

Autor: Leandro Santos de Lima

2) Reclamação trabalhista referente a terceirização.

Situação atual: Interposto Recurso Extraordinário que está aguardando juízo de admissibilidade no Tribunal Superior do Trabalho.	150	138
3) Processos diversos de natureza trabalhista	1.487	492
	12.243	5.303

	Estimativa
--	------------

Descrição dos processos de natureza cível

Autor: Sampa Cooper Cooperativa de Transportes

1) Ação de cobrança, em que parte autora sustenta que a Pbio teria retido indevidamente um valor referente aos serviços de transportes prestados e não pagos, entre dezembro de 2013 e maio de 2014.

Situação atual: Aguardando nova designação de data para oitiva de testemunhas, em razão do cancelamento da audiência anterior.	488	440
--	-----	-----

2) Processos diversos de natureza cível	4	3
Total de processos de natureza cível	492	443

	Estimativa
--	------------

Descrição dos processos de natureza ambiental

Autor: Superintendência Regional do Meio Ambiente - Núcleo do Norte de Minas Gerais (SUPRAM-NM)

1) Auto de Infração lavrado, em 14.06.2022, pela SUPRAM-NM, na Usina de Montes Claros, por descumprir condicionante aprovada nas licenças ambientais, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoramento ou equivalentes.

Situação atual: Aguardando julgamento da defesa apresentada em 01/08/2022.	40	34
--	----	----

Total de processos de natureza ambiental	40	34
---	-----------	-----------

Prática contábil

A Companhia reconhece provisões para perdas, em processos judiciais e administrativos, nos casos em que as avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e julgamentos da Administração consideram provável o desembolso de caixa futuro e sejam atendidas as demais condições para o reconhecimento de uma provisão.

Os passivos contingentes, com expectativa de perda provável, que não podem ter seu valor mensurado, e aqueles com expectativa de perda possível, são divulgados em notas explicativas, considerando as melhores informações disponíveis, até a data da divulgação.

A metodologia, adotada para mensuração das provisões, está descrita na nota explicativa 4.3.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas, quando a entrada de benefícios econômicos for provável e os valores forem materiais. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o que, em geral, considera o trânsito em julgado, e cujo valor seja possível de ser mensurado com segurança, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

20. Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Receitas Financeiras	53.318	75.368
Receita com recebíveis de ativos financeiros	52.436	74.292
Juros recebidos de clientes	607	692
Outras	275	384
Despesas Financeiras	(153)	(263)
Despesas financeiras - terceiros	(153)	(263)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	190	(336)
Variação cambial de operações com derivativos	(3.949)	(1.452)
Atualização monetária sobre impostos a recuperar	3.403	3.233
Outras variações monetárias e cambiais, líquidas	736	(2.117)
Total	53.355	74.769

21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

21.1. Instrumentos financeiros

A Pbio mantém operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas, diante das condições vigentes no mercado.

Todas as operações, com instrumentos financeiros, estão reconhecidas nas demonstrações financeiras e estão demonstradas abaixo, em 31 de dezembro:

	31.12.2023	31.12.2022
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1	6
Contas a receber - FIDC	443.052	458.483
Contas a receber, líquidas	50.808	109.547
Derivativos e depósitos de margem	21.091	43.385
Não circulante	514.952	611.421
Depósitos judiciais	2.675	3.382
	2.675	3.382
Total	517.627	614.803

	78.910	99.048
Passivo		
Circulante		
Fornecedores		
Contas a pagar Petrobras - Redução de capital	150.000	-
Outros passivos	4.810	6.109
Derivativos	-	870
Não circulante	233.720	106.027
Outros passivos	609	1.089
	609	1.089
Total	234.329	107.116

21.1.1. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros estão mensurados ao custo amortizado, com exceção das operações com derivativos. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

21.2. Instrumentos financeiros derivativos

A Pbio possui instrumento financeiro derivativo, visando diminuir sua exposição ao risco cambial e à variação de cotação de *commodities* agrícolas, associadas às suas atividades. Os resultados estão condizentes com as políticas estratégicas, definidas por sua Administração.

Os instrumentos financeiros derivativos de *commodities* são mensurados a valor justo, por meio do resultado em linha de outras receitas operacionais líquidas.

As tabelas a seguir apresentam um resumo das posições, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, com derivativos de *commodities* e garantias dadas como colaterais, além dos valores reconhecidos no resultado, por natureza de tais operações:

	Valor nocional (*)		Posição Ativa (Passiva)		Vencimento
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	
Derivativos não designados como Hedge					
SWAP - CBOT	(1)	(3)	328	(870)	
Venda/Óleo de soja	(1)	(3)	328	(870)	2024
NDF - MOEDA	(1.046)	(17.027)	31	28	
Venda/Dólar	(1.046)	(17.027)	31	28	2024
Total reconhecido no Balanço Patrimonial			359	(842)	

(*) Valor nocional em mil toneladas (CBOT) e USD (NDF).

	Garantias dadas como colaterais	
	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos de margem (i)	20.732	43.357
Total	20.732	43.357

(i) Valores depositados, como margem de garantia, para fazer face às operações com derivativos de *commodities*.

O valor justo da posição ativa e do depósito de margem soma, em 31 de dezembro de 2023, R\$ 21.091 (R\$ 43.385, em 31 de dezembro de 2022).

	Ganho/(perda) reconhecido(a) no resultado do período	
	2023	2022
Derivativos de commodities	(4.460)	(16.403)
Óleo de soja	1.288	(8.174)
NDF	(3.172)	(24.577)
Total	(6.344)	(49.154)

A análise de sensibilidade do valor dos derivativos, com relação aos diferentes tipos de risco de mercado, em 31 de dezembro de 2023, é apresentada a seguir:

Operações	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Derivativos não designados como Hedge				
SWAP CBOT	Óleo de Soja	-	(1.164)	(2.328)
NDF Dólar	Câmbio	-	(463)	(849)

O cenário provável utiliza referências externas à Pbio, de amplo uso no apuração de cargas, no mercado de *commodities*, que levam em consideração o preço de fechamento do ativo, em 31 de dezembro de 2023, e, desta forma, considera-se que não há variação do resultado das operações em aberto, nesse cenário. Os cenários possível e remoto refletem o efeito potencial no resultado das operações em aberto, considerando uma variação no preço de fechamento de 20% e 40%, respectivamente, para SWAP CBOT, e 10% e 20%, para NDF Dólar. Para simular os cenários mais desfavoráveis, a variação foi aplicada para cada grupo de produto, de acordo com a posição das operações em aberto: queda de preço, para posições compradas, e alta, para posições vendidas.

21.2.1. Hierarquia de nível de valor justo dos derivativos

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, o Pronunciamento técnico CPC 46 estabelece uma hierarquia de valor justo, que classifica, em três níveis, as informações aplicadas nas técnicas de avaliação, utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade aos preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, para ativos ou passivos idênticos (informações de Nível I), e a mais baixa prioridade aos dados não observáveis (informações de Nível III).

Informações de Nível I são preços cotados (não ajustados), em mercados ativos para operações ativas ou passivas, idênticas a que a entidade possa ter acesso, na data de mensuração.

Informações de Nível II são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível I.

Informações de Nível III são dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo, na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo, assim, situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo, na data de mensuração.

Ativos	Valor justo medido com base no total do valor justo contabilizado		
	Nível I	Nível II	Nível III
Derivativos de moeda estrangeira	-	31	-
Derivativos de commodities	-	328	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	359	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	28	-

Passivos	Valor justo medido com base no total do valor justo contabilizado		
	Nível I	Nível II	Nível III
Derivativos de moeda estrangeira	-	-	-
Derivativos de commodities	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(870)	(870)

21.3 Gerenciamento dos riscos

A gestão de riscos da Pbio é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno, e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Pbio possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos, abaixo descritos:

21.3.1. Risco de mercado

a) Gerenciamento de risco de preços de soja

De modo a minimizar a exposição da Companhia à volatilidade de preços de matéria-prima, optou-se pela realização sistemática de proteção das operações, com utilização de instrumentos financeiros derivativos, alinhada à Política de Gestão de Risco das Operações de derivativos da Petrobras Biocombustível.

Em 2023, a Pbio realizou apenas operações de venda de SWAP, em CBOT, e proteção do nocional, pela venda de NDF. Cabe ressaltar que, no novo modelo de comercialização de biodiesel (contratos negociados diretamente com as distribuidoras), resultados negativos/positivos, nas operações de derivativos, não significam necessariamente perda em resultado ou em caixa, pois os contratos de biodiesel também são parametrizados por CBOT e dólar, com atualizações semanais do preço do biodiesel. Desta forma, o preço do biodiesel e a receita apurada se beneficiam das altas em CBOT e câmbio, opostamente à proteção de físico comprado, eventualmente realizada.

b) Gerenciamento de risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio de moedas estrangeiras, na contratação de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia não teve fluxos operacionais em outras moedas, exceto pelas operações de derivativos de moedas, divulgadas na nota explicativa 21.2.

c) Gerenciamento de risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Pbio sofrer ganhos ou perdas, decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas da Petrobras, não estando, portanto, exposta.

21.3.2. Gerenciamento de risco de liquidez

A Pbio utiliza seus recursos, principalmente, com despesas de capital de giro. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por transações de vendas e aportes da controladora, quando necessário. Estas origens de recursos, somadas a sua posição financeira, tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital, estabelecidos de forma corporativa. Todos os passivos financeiros da Companhia possuem vencimento menor que um ano, com exceção de R\$ 609 de outros passivos não circulantes (R\$ 1.089, em 2022).

21.3.3. Gerenciamento de risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras e de contrapartes, mediante a análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos.



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 – Empresa do Sistema Petrobras

DIRETORIA EXECUTIVA

DANILO DE SIQUEIRA CAMPOS
Presidente
ALEXANDRE DUTRA GOMES
Diretor Administrativo e Financeiro
ROBSON HONORATO
Contador CRC-RJ-086.473/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Petrobras Biocombustível S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Biocombustível S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Biocombustível S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida à procedimentos de auditoria, executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada às demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião, sobre as demonstrações financeiras, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria, em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente, para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante, resultante de fraude, é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante, em relação a eventos ou condições, que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção, em nosso relatório de auditoria, para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos, que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2023
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014426/O-6 F-RJ


Bruno Bressan Marcondes
Contador CRC RJ-112835/O-7



PARECER DO CONSELHO FISCAL DA PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A.

O Conselho Fiscal da PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunido nesta data, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas Notas Explicativas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, à vista do parecer da KPMG Auditores Independentes Ltda, emitido sem ressalvas, com data de 06 de março de 2024.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia, bem como a destinação do prejuízo líquido, do exercício de 2023, no montante de R\$ 90.999 mil para a conta de Prejuízos Acumulados, estando aptos à submissão à Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2024.

João Eduardo Jost Magalhães
Presidente

Cristiano Gadelha Vidal Campelo
Conselheiro

Júlio César Gonçalves Corrêa
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DO CONGLOMERADO PETROBRAS (CAECO)

Informamos que o CAECO, em sua 144ª reunião, realizada em 5-3-2024, no âmbito da apresentação da pauta "DFINRI/ CONTABILIDADE, DTEN/GITE, PBI, AUDITORIA INDEPENDENTE, JURÍDICO e PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL DA SOCIEDADE — Principais Resultados, Contingências Jurídicas e Aspectos Gerais da Auditoria Independente sobre as Demonstrações

Financeiras da Petrobras Biocombustível S.A. (PBI) - Exercício 2023", emitiu a seguinte manifestação:

Manifestação: O CAECO, no uso de suas atribuições, tomou conhecimento das informações apresentadas e recomendou, ao órgão competente da PBI, a aprovação da proposta das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 5 de março de 2024.

Michele Moraes Fukumoto
Coordenadora
Gerência de Suporte ao Conselho de Administração (SEGEPE/SCA)

BIOCOMBUSTÍVEL

Beatriz

Tamanho: 6 Págs (52) + 1 Pág (32) = 344 (29,7)

